

A MEMÓRIA E OS LUGARES: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS EX-COMBATENTES DA REGIÃO CACAU

Letícia Evangelista dos Santos

Graduanda em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

E-mail: ticiaevangelista@yahoo.com.br

Palavras-chave: Associação. Memória. Ex-combatente. Luta.

O foco desse trabalho é a formação da identidade do grupo através da luta pela conquista da sede própria da Associação. Para isso foram analisados três momentos da história da Associação, 1966 a início de 1969 com sede no Sindicato dos Estivadores, 1969 a 1985 no Viaduto Catalão, ambiente pertencente à Prefeitura Municipal de Ilhéus e a partir de 1985 em sede própria no bairro Pontal em Ilhéus. Cada um desses momentos marcou uma fase na formação da mesma e as articulações feitas no intuito de atingir o objetivo da conquista do espaço próprio, onde suas memórias poderiam sobreviver mantendo vivas suas histórias.

Ferraz refere-se às associações de ex-combatentes como “um conjunto de cidadãos que desempenham os esforços de rememoração e valorização permanente de suas ações do passado não apenas com os objetivos de comemoração dos feitos, mas como condição de sobrevivência concreta e identidade social” (FERRAZ, 2003, p. 240). A associação de ex-combatentes do Sul da Bahia foi formada exatamente com este objetivo, ou seja, preservar suas memórias e lutar por seus direitos junto aos governos. Só unidos poderiam ter alguma visibilidade política, já que os veteranos da 2ª guerra estavam muito dispersos pelo país, e os veteranos sul baianos entenderam isso. Não poderiam depender das associações de Salvador, pois estas estavam focadas em seus problemas na capital e pouco fariam pelos veteranos do interior. Nasce assim a Associação de Ex-combatentes do Sul da Bahia em 13 de julho de 1966 com um total de 23 membros. Inicialmente formada por 20 ex-febianos e 03 da marinha de guerra, mais tarde, porém, seriam aceitos em seu seio os que ficaram na vigilância do litoral chegando a totalizar 293 membros.

1966 a início de 1969: Sindicato dos Estivadores

Os primeiros anos da associação foram marcados pela necessidade de consolidação e organização interna da mesma. Desde a primeira sessão, os membros demonstravam a necessidade de uma casa para a Associação, pois a sede em que estavam provisoriamente instalados era cedida pelo Sindicato dos Estivadores, no qual muitos deles (quicá todos) foram membros e ainda eram em 1994, porém as atas não revelam quantos. Eles precisavam de um espaço próprio onde poderiam manter suas memórias vivas, contá-las e lembrá-las. E para realizar esse sonho os associados lutaram de 1966 a 1985 quando finalmente inauguraram sua casa. A conquista da casa sede da Associação dos Ex-combatentes era para eles de fundamental importância, pois seria seu lugar de memória, lugar onde os Ex-Combatentes não seriam esquecidos, lugar aonde crianças e adultos iriam para ouvir os relatos dos veteranos e aprender sobre a participação do país na Segunda Guerra.

No período em que estiveram na sede do Sindicato dos Estivadores foram realizadas apenas nove sessões, o que indica pouca atividade associacional. Além de assuntos referentes à organização interna, houve também sessões comemorativas do primeiro ano de associação e do dia do Ex-Combatente. Nessas comemorações são lembrados os principais acontecimentos da participação da FEB na Itália, e é feito um minuto de silêncio pelos que tombaram nos campos de batalha da Itália. No aniversário de um ano da associação foram enviados ofícios às prefeituras dos municípios próximos a Ilhéus a fim de informar da existência da associação sediada em Ilhéus. Até então não haviam ainda sido convidados pelos municípios a participarem dos desfiles de 07 de setembro, provavelmente pela falta de conhecimento de sua existência. Mais tarde seriam constantemente convidados a desfilar em outras cidades e até participarem das festas de aniversário de algumas delas.

Nos primeiros anos de associação não houve reivindicações sociais junto ao governo local, mas estiveram empenhados em se organizar internamente, em angariar fundos para a compra ou construção da futura sede (as duas possibilidades foram estudadas) e em cobrar uma maior participação dos membros nas sessões realizadas, que, aliás, a princípio não eram mensais. Para a aprovação de entrada de novos membros foi organizada uma Comissão de Sindicância com função fiscalizadora dos candidatos a membros. Essa comissão era responsável por averiguar se o candidato era realmente ex-combatente ou queria apenas usufruir dos benefícios aos quais a classe tinha direito. Após a aprovação da comissão o candidato deveria entregar os documentos originais que comprovariam ser ele ex-combatente. Além do mais deveriam aceitar as normas da associação como o pagamento da jóia (valor

cobrado para adesão do novo associado) e as mensalidades em dia. Tanto o valor da jóia quanto da mensalidade era decidido em sessão, discutido e votado entre os presentes. Caso depois de aceito o candidato ele se recusasse pagar era dado prazo que o mesmo regulariza-se sua situação junto à associação, se ainda assim o membro não salda-se sua dívida este poderia ser excluído, como aliás aconteceu com muitos ao longo da história da associação, não apenas a novos como a muitos que eram membros a anos mas que resolviam não pagar mais.

A respeito da entrada na associação dos vigilantes do litoral não é esclarecido o período nas atas, mas presumisse que se deu a partir do segundo ou terceiro ano de existência da mesma. Esse período é estimado com base no fato de um ano após ser fundada, os municípios próximos não terem conhecimento da existência da associação, indicando pouca divulgação da mesma. A primeira referência a sócios de outros municípios é em 1969, já no Viaduto Catalão, onde o presidente justifica a falta de alguns por morarem no interior tornando difícil a participação nas reuniões. Além do mais na sessão de dezembro de 1993, seu Antonio Vieira vai revelar que o então presidente Péricles Tavares um dos vigilantes do litoral foi seu colega na estiva por muitos anos e por esse motivo acreditou e acredita no trabalho dele enquanto presidente. Esse fato indica ser o mesmo sabedor de ser o presidente ex-combatente e ainda assim não o convidou a fazer parte da fundação da associação. Esse fato mostra o caráter elitista da associação no seu início.

Desde os primórdios já registravam em atas problemas quanto ao envolvimento dos membros com os trabalhos e pagamentos de mensalidades da associação, a média de comparecimento às reuniões eram de 8 a 23 membros. Já na segunda reunião em 12 dos 06 de 1966, foi registrada a falta de participação de vários sócios. Até o final esse problema persistiria e muitos seriam excluídos segundo o estatuto interno por estarem afastados a vários meses tanto em presença quanto no que diz respeito aos pagamentos. Os motivos para tal fato nem mesmo os associados chegaram a uma conclusão. Inicialmente pensavam que a causa provável seria a falta de sede própria, dificultando os avisos de eventos ou reuniões. Mais tarde, considerariam as ausências como falta de compromisso para com a associação e que os membros faltosos teriam se filiado apenas para desfrutarem dos benefícios devidos aos ex-combatentes. É bom destacar que a mudança de postura quando a falta de assiduidade se dá após a entrada como sócios dos vigilantes do litoral, também conhecidos como praieiros.

1969 a 1985: Viaduto Catalão

O segundo período estudado é bem mais extenso e com intensa atividade associacional. Estende-se de 1969 a 1985, dessa vez o espaço também é cedido e de propriedade da prefeitura Municipal de Ilhéus. Não é relatado em atas os motivos para mudança de sede, mas presume-se que tiveram a necessidade de terem uma maior liberdade de reuniões e trabalhos, haja visto utilizarem o salão nobre da Associação dos Estivadores para as suas sessões, sendo assim não tinham liberdade para trabalhar, dependendo das datas de reunião da citada associação. Apesar de ser registrado um maior número de reuniões, os assuntos ainda eram predominantemente questões internas, como ajuda a algum membro em dificuldade, festas comemorativas referentes à segunda guerra e também militares na 18ª CSM, participação em eventos e etc. Apenas no começo de 1972 começou-se a registrar reivindicações de benefícios para a categoria.

Essas reivindicações eram de cunho social e não político. No final da sessão do dia 26 de janeiro de 1971 o então presidente Mauricio Zugaipe termina aconselhando a “deixar a política de lado”, pois segundo ele “dessa forma nada vai a frente”. Ainda segundo ele no meio deles havia “elementos que queriam dividir os associados” (Livro Ata 01, p. 25), assim ele pede que os associados se unam. Logo se percebe que a orientação é a de não envolvimento nas questões políticas quer seja do município, quer seja nacional. Apesar do distanciamento político da associação, em conversa informal com o senhor Antonio Nunes Neto foi revelado que a associação sofreu por diversas vezes ameaças de terem suas portas fechadas pela ditadura militar, no entanto, tal fato não se encontra registrado nos livros atas, provavelmente por isso, havia tal orientação aos membros. Os benefícios alcançados nas prefeituras municipais ou junto ao governo do estado eram vistos mais como favor do que como direito por ter se sacrificado pela pátria.

O único envolvimento político da associação era a de manifestar apoio ou pedir apoio à candidatos ligados à associação, que já a ajudava ou que poderia vir a ajudar na luta pela construção da sede. A exemplo disto, pode-se citar o caso de João Alfredo de Amorim que foi prefeito de Ilhéus, vereador, presidente do Instituto do Cacau da Bahia, eleito por duas vezes deputado estadual e por fim eleito presidente da própria Associação de Ex-Combatentes (ficando no cargo apenas alguns meses). Durante todo o processo para a aquisição do terreno onde hoje está a sede da associação e sua construção João Alfredo esteve presente, oferecendo ajuda irrestrita e conseguindo doações. Logo os associados tinham um sentimento de gratidão

muito grande, homenageando-o sempre que possível, elegendo-o por diversas vezes como presidente de honra da associação e conferindo a Medalha de Honra Ex-Combatente.

Houve também casos de associados que se candidataram a vereador, prefeito e a deputado estadual. Apesar de não discutirem a política municipal, estadual ou federal, era aceito que candidatos tanto internos quanto externos fossem discursar em busca de apoio. Foi o caso de Ariston Cardoso, associado e candidato a deputado estadual e prefeito de Ilhéus obtendo apoio irrestrito dos demais companheiros.

Os presidentes foram praticamente todos febianos, à exceção de Péricles Tavares da Vigilância do Litoral e João Alfredo de Amorim diplomado como amigo dos ex-combatentes. Este ficou no cargo apenas 03 meses vindo a renunciar o cargo, sendo que os motivos para tal não ficou claro nas atas. Fora estes dois todos os outros foram febianos e o presidente que esteve mais anos à frente da associação foi o Sr. Wilde Ribeiro de Moraes por 15 anos. Wilde só deixou a presidência em maio de 1988 por ter sofrido um derrame estando impossibilitado de continuar a frente vindo a falecer no dia 03 de março de 1989, deixando muitas saudades aos companheiros. Seu último sonho o de construir um monumento em frente à sede não foi realizado e a construção da sede é considerada pelos associados uma conquista sua.

A conquista da sede não foi fácil. Enquanto analisavam qual seria a melhor escolha, se a compra de uma casa ou de um terreno, surgiu o terreno no pontal pertencente à Coelba e que os interessou em maio de 1975. Todo o processo de aquisição do terreno foi intermediado pelo então prefeito de Ilhéus e sócio da associação Sr. Ariston Cardoso. Foram alguns meses entre a escolha do terreno e a doação do mesmo através da prefeitura de Ilhéus à associação. Na sessão de outubro foi registrada a doação através de uma nota que iriam publicar nos jornais agradecendo a Coelba e à prefeitura. Foram dez anos para que a sede fosse inaugurada. Entre os anos de 1975 e 1985, eles buscaram recursos e conseguiram com muitas instituições como o Instituto do Cacau da Bahia, a Ceplac, o governo do estado e Secretaria do Bem-Estar Social. A verba liberada pela secretaria foi pra eles uma grande vitória, visto que para a liberação a Associação deveria ser considerada de Utilidade Pública. Essa conquista foi alcançada através da figura de João Alfredo, então deputado federal sendo o intermediador do processo.

Além das dificuldades financeiras e burocráticas para iniciarem a construção, ainda enfrentariam uma invasão do terreno. O terreno só foi liberado pela Coelba entregando assim a escritura no final do ano de 1977 e a construção só iniciou em abril de 1978. Em abril de 1980 é registrada a invasão de 5 metros do terreno da futura sede por um Senhor chamado de Fred, o impasse se arrastou até janeiro de 84 quando entraram com uma medida cautelar a fim

de reaver os 5 metros de terreno. Em setembro do mesmo ano saiu a sentença judicial a favor da associação, então o invasor resolveu procurar a diretoria da associação para solicitar a comprar. Depois de muita negociação a compra foi definida em oito milhões de cruzeiros, pondo assim um fim a essa questão. O valor total da construção não consta em atas, bem como todos os valores de doações. Apenas alguns valores de doações ficaram registrados.

1985: sede própria no bairro Pontal em Ilhéus

A festa da inauguração não está registrada em detalhes, apenas as autoridades e seções presentes através de seus representantes. A inauguração foi descrita apenas como de grande êxito, onde na oportunidade foram concedidas Medalhas do mérito ex-combatente e Diplomas de amigo dos ex-combatentes às figuras de mais destaque no auxílio à construção da sede. Existiam muitas expectativas quanto a um maior envolvimento dos associados com a associação depois da inauguração de sua sede. Muitos acreditavam que no momento em que tivessem um local próprio para se reunirem, com espaço para lazer com as famílias dos mesmos, a relação dos sócios para com a associação mudasse, mas não foi o que aconteceu. A começar pelas reuniões, grande parte delas contavam na maior parte das vezes com 06 ou 09 presentes para tomar as decisões, e por mais que se convidasse para se decidir inclusive sobre confraternizações o comparecimento era pequeno, sendo o maior comparecimento nas sessões ordinárias de 22 pessoas acima disto, era encontrado principalmente em eleições, ou seja, de dois em dois anos. Os déficits orçamentários eram cada vez maiores e a mensalidade era aumentada de seis em seis meses para se tentar cobrir esse déficit. Outra estratégia usada foi a da colaboração de acordo com a pensão recebida. Os valores das pensões variavam de acordo com a lei em ela se encaixava e febianos pagava uma colaboração maior mais que não febianos, mais tarde essa diferença foi abolida sendo esta considerada preconceito por alguns.

Em setembro de 1989 dos 176 associados apenas 23 haviam pagado suas mensalidades o que estava dificultando a manutenção das portas da associação aberta. Na sessão do dia 29 de julho de 89 o presidente desabafou que

se não houvesse cooperação seriam obrigados a fechar as portas e que não ficaria bem depois de tanto trabalho para construir a associação por parte do inesquecível companheiro e eterno presidente Wilde de Moraes, ver a casa fechar as portas apenas por falta de ajuda dos companheiros (Livro Ata 04, p. 37).

Para tentar reverter o problema ficou decidido em atas a não entrega dos cartões de passe livre estadual a pouco conquistado àqueles que não estivessem pagando suas mensalidades a fim de estimulá-los a pagar.

Em todos os anos de associação pode-se perceber pelas atas que grande parte daqueles que se filiavam estavam apenas de olho nos benefícios que desfrutariam como isenção de imposto predial urbano, passe livre estadual e municipal, dentre outros e pouco ou nenhum compromisso tinham com a associação. Essa questão fica clara no caso do associado José Monteiro, que esteve afastado da associação por 15 anos, voltando apenas no momento em que perdeu sua carteira de ex-combatente para solicitar uma nova. O caso foi decidido em assembléia, onde foi votado que só retornaria se colocasse em dias todo o débito em atrasado, “ou seja, 15 anos em que o companheiro esqueceu que era ex-combatente”. Grande parte dos associados no momento em que conseguiam adquirir seus benefícios desaparecia e não só os da Vigilância do Litoral, mas também Febianos e muitos foram excluídos por esse motivo. Segundo o livro de relação dos sócios, em 2004 quando o mesmo foi escrito dos 293 que já haviam passado pela associação apenas 109 estavam vivos, desses 73 eram inadimplentes e apenas 36 atuantes. E desses 36 nem todos tinham condições físicas de se fazerem presentes sempre a sessões ou com as mensalidades pagando quase sempre em parcelas.

Apesar de muitos só comparecerem à associação no momento de requerer algum benefício, a diretoria não recusava encaminhar os pedidos, e sempre acompanhava todo o processo. Os diretores acalentavam a esperança que após o associado ser beneficiado esses viessem dar mais valor à associação participando e contribuindo com o pagamento das mensalidades. Contudo bem poucos correspondiam às expectativas. Em setembro de 1990 dos 56 associados beneficiados com a pensão de 2º Tenente, apenas 14 haviam contribuído com a associação e nos meses seguintes foi se verificando uma constante queda nas contribuições. O número dos associados constantes era pequeno, mas era um pequeno grupo apaixonado pela associação por sua história de participação na segunda guerra e pela preservação da mesma. Esses poucos mantiveram a união e as reuniões até a saúde não mais os permitir.

A associação manteve suas reuniões apenas até 2009, sendo eleito para presidente Antonio Vieira Lima e ficando no cargo sem mais eleições por número insuficiente de membros até 2009 quando veio a falecer. Simbolicamente ele foi o primeiro e o último presidente da associação, estando ele e o Senhor Antonio Nunes Neto à frente nos últimos anos, sendo o presidente febianos e o secretário Vigilante do Litoral. Após o falecimento do presidente em outubro de 2009 o Senhor Antonio Nunes continuou a abrir a portas da

associação até março de 2010 quando esta passou oficialmente aos cuidados da Associação dos Militares da Reserva.

Fontes

Arquivo da Associação dos Ex-combatentes da Região Cacaueira:

Estatuto da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil;

Regimento Interno da Associação dos Ex-Combatentes da Região Cacaueira;

Livros de Atas da Diretoria (1966-2005);

Livros de Atas das Assembléias Gerais (1966-2005).

Referência

FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.